

**6º PLANO DE AÇÃO DE GOVERNO ABERTO NO ÂMBITO DA OGP
REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL**

INFORMAÇÕES GERAIS DA REUNIÃO:

- 1. Data:** 21.03.2024
- 2. Local:** Reunião virtual –Aplicativo Microsoft Teams

PARTICIPANTES PRESENTES:

1. Controladoria-Geral da União – CGU:

- Otávio Moreira de Castro Neves
- Maria Valdenia Santos de Souza
- Iasmin Leiros
- Cícera Aucilene
- Priscilla Ruas
- Maíra Povoá
- Thalita Ary

2. Open Knowledge Brasil:

- Milena Coimbra de Carvalho

3. IBRACEM – Instituto Brasileiro de Certificação e Monitoramento:

- Julio Botelho

4. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC:

- Renan Perondi

5. Fiquem Sabendo:

- Bruno Schimitt Morassutti

TÓPICOS ABORDADOS

- Apresentação sobre o processo de execução e monitoramento do 6º Plano Nacional de Governo Aberto.

DESENVOLVIMENTO

A reunião teve início com o Diretor de Transparência e Governo Aberto, Otávio Neves, dando boas-vindas e agradecendo o apoio e compromisso de todos os presentes. Em seguida, a Coordenadora de Promoção de Governo Aberto Substituta, Maria Valdênia Santos, apresentou os principais aspectos acerca do processo de monitoramento e implementação do 6º Plano de Ação Nacional e destacou que as principais recomendações apontadas no manual da OGP foram incorporadas nesse formato.

Informou que a implementação do Plano iniciou em junho de 2023, então o prazo final para conclusão das ações é o mês de junho de 2027. Também destacou que as coordenadoras e coordenadores de cada compromisso são responsáveis pela condução das reuniões de execução do compromisso e por estimular o envolvimento dos parceiros na execução das ações acordadas no prazo definido e por buscar soluções conjuntas para a superação dos desafios. Nessa etapa não há participação da CGU.

Destacou, ainda, que os formulários base para os Relatórios de Execução dos Compromissos (RSEs) são preenchidos trimestralmente pelas coordenadoras e coordenadores dos compromissos para acompanhamento da execução dos marcos. É por meio das informações prestadas neste documento que a CGU consolida os dados, constrói o RSE e dá transparência sobre o processo de implementação do Plano. Ao final de cada ciclo de apresentação dos Relatórios, os documentos complementares, assim como os gráficos de evolução dos compromissos, são publicados no site: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto>.

Em seguida, ressaltou que processo de monitoramento prevê a realização de reuniões semestrais com os coordenadores de compromisso (a primeira do 6º Plano foi realizada em fevereiro de 2024) e reuniões trimestrais de monitoramento específicas com as organizações envolvidas em cada compromisso. Vale destacar que as reuniões de monitoramento são organizadas pela CGU e conduzidas pela equipe de monitoramento (GT da Sociedade Civil e representantes do CIGA). Todas as instituições responsáveis pela execução do compromisso são convidadas e, nesse momento, são avaliados os avanços alcançados em cada marco do compromisso em questão; possíveis dificuldades enfrentadas para a execução; e resoluções adotadas.

A Coordenadora também apresentou as atribuições de cada participante no processo: a) a equipe de monitoramento da CGU tem o papel de acompanhar a execução dos marcos; interagir com os atores responsáveis do governo e da sociedade civil; e realizar reuniões periódicas de monitoramento; b) os Coordenadores de Compromissos são responsáveis por conduzir a implementação dos marcos, articular com os atores envolvidos (governo e sociedade) e prestar informações sobre a execução do compromisso; c) o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil tem a função de acompanhar as reuniões e etapas do monitoramento, acessar e analisar relatórios e documentos e participar das reuniões de acompanhamento.

Sobre as reuniões com o GT da sociedade civil, Maíra Póvoa, integrante da equipe de monitoramento da CGU, informou que existe um pré-agendamento das reuniões do GT. Posteriormente, lasmin Leiros, integrante da Secretaria Executiva do Conselho de Transparência Integridade e Combate à Corrupção - CTICC, destacou que o calendário das reuniões e as respectivas memórias estão disponíveis no drive do CTICC, no seguinte link:


<https://drive.google.com/drive/folders/1eqbofy75jEN2dpGrQUIbRZUcOdE4u7FV?usp=sharing>

Ao finalizar a apresentação sobre o processo de monitoramento, a coordenadora Valdênia Souza ressaltou que a metodologia para a atualização obrigatória do plano ao final do segundo ano de sua vigência ainda deve ser definida e que o GT da sociedade civil tem papel fundamental nesse processo. Explicou, ainda, que o monitoramento prevê a elaboração de relatório final de autoavaliação ao final da vigência do plano, produzido a partir das informações dos RSEs, do diálogo com a sociedade e da avaliação feita pela equipe de monitoramento. Haverá também avaliação feita por consultor externo e contratado pela OGP, por meio do IRM (Mecanismo Independente de Avaliação). Esse relatório é um consolidado das informações apresentadas nos balanços e em entrevistas e análises feitas para validação da execução do compromisso.

Na sequência, solicitou que os membros do GT que tenham interesse de participar do acompanhamento mais direto de algum compromisso indiquem, **até o dia 12 de abril**, o nome do compromisso e do representante para atuarem como ponto focal. Também destacou que a indicação pode ser realizada posteriormente, mas até essa data, será possível acompanhar o processo por completo. Há a possibilidade de participar de mais de um compromisso, bem como alterar a indicação do compromisso que deseje acompanhar. As indicações podem ser realizadas pelo e-mail: governoaberto@cgu.gov.br.

Ao abrir espaço para questionamentos e dúvidas aos membros do GT, Renan Perondi perguntou sobre a possibilidade de abordar algum coordenador de compromisso para obter informações sobre o andamento das ações do Plano. A Coordenadora informou que não há impedimentos para a conversa direta com coordenadoras e coordenadores e que também é muito relevante para o processo o acompanhamento das reuniões e ações realizadas no âmbito dos compromissos.

Na sequência, Milena Coimbra explicitou dúvidas sobre a formação do Comitê Interministerial de Governo Aberto - CIGA e foi informada que há um Decreto de designação dos membros do Comitê. Segue o link



com os normativos relacionados ao CIGA: Comitê Interministerial de Governo Aberto — Controladoria Geral da União (www.gov.br)

Antes de finalizar a reunião, a Coordenadora destacou que os encontros com o GT da sociedade civil, para além dos aspectos relativos ao Plano de Ação de Governo Aberto, abordarão outras ações e iniciativas para desenvolvimento e aprimoramento do governo aberto no país.

ENCAMINHAMENTO

- Cada membro do GT deve indicar o (s) compromisso (s) que deseja acompanhar **até 12 de abril**.